PREFEITURA MUNICIPAL DE
TAQUARAÇU DE MINAS

Diário Oficial

Jornal Oficial do Município de Taquaraçu de Minas (JOTAM)

Taquaraçu de Minas-MG, 26 de maio – Jornal Oficial Eletrônico– ANO 2025 |Nº LXXIII – Lei Municipal nº 853/2014.

DECISÃO ADMINISTRATIVA

1. Relatório

1.1. Trata-se de recurso administrativo interposto pela GLOBOMAK LTDA contra a decisão que declarou a empresa TECNOTROM TECNOLOGIA E INOVAÇÃO LTDA vencedora do Pregão Eletrônico nº 014/2025.

1.2. A recorrente argumenta que seu recurso é tempestivo, com base no Art. 165, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/21, que concede um prazo de 03 (três) dias úteis para a apresentação das razões recursais.

1.3. É solicitado o efeito suspensivo para o recurso, conforme os Arts. 165 e 168 da Lei Federal nº 14.133/2021.

1.4. Em suas razões, a recorrente enfatiza o poder de autotutela da Administração Pública para rever e corrigir seus próprios atos, citando as Súmulas 346 e 473 do STF, bem como aponta irregularidades na documentação da TECNOTROM TECNOLOGIA E INOVAÇÃO LTDA, que no entendimento da recorrente deveriam implicar na inabilitação e desclassificação.

1.5. As irregularidades apontadas são:

1.5.1. **Irregularidade no Balanço Patrimonial**: A recorrente alega que a TECNOTROM TECNOLOGIA E INOVAÇÃO LTDA não apresentou o Balanço Patrimonial dos dois últimos exercícios sociais "na forma da Lei", conforme exigido pelo item 7.1.3.2 do Edital, inclusive quanto a ausência de assinaturas do representante legal da empresa e do contador, bem como a falta do Termo de Abertura e do Termo de Encerramento do Livro Diário devidamente registrados na Junta Comercial.

1.5.2. **Irregularidade nos Documentos dos Sócios**: A recorrente afirma que a TECNOTROM TECNOLOGIA E INOVAÇÃO LTDA não enviou os documentos de identificação com foto dos sócios responsáveis pelas assinaturas das propostas comerciais e declarações, conforme exigência do item 7.1.1.6 do Edital.

1.5.3. **Ausência de Assinatura na Proposta**: A recorrente aponta que a proposta apresentada pela TECNOTROM TECNOLOGIA E INOVAÇÃO LTDA não foi assinada, o que considera uma regra básica do Edital que não foi observada pelo Pregoeiro

1.6. Por fim, a recorrente argumenta que propostas com "vícios insanáveis" ou que "apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável" devem ser desclassificadas, sendo que o descumprimento dessas exigências viola os princípios da isonomia e da vinculação ao instrumento convocatório, concluindo com o pedido de provimento do recurso para que a decisão seja reformada, declarando a inabilitação e desclassificação da TECNOTROM TECNOLOGIA E INOVAÇÃO LTDA do certame licitatório.

1.7. A licitante vencedora apresentou contrarrazões, pugnando pelo não acolhimento do recurso interposto.

1.8. Em síntese, é o relatório.

2. Fundamentação

2.1. O recurso administrativo interposto deve ser analisado à luz dos preceitos da Lei Federal nº 14.133/21 e demais normas de direito público, sem prejuízo do entendimento dos órgãos de controle sobre o tema.

2.2. No caso dos autos, a empresa declarada vencedora pela pregoeira encontra-se enquadrada como Microempresa, conforme consulta realizada no endereço eletrônico https://consopt.www8.receita.fazenda.gov.br/consultaoptantes, de modo que sequer está obrigada à confecção de balanço patrimonial, conforme item 7.1.3.2, II, do Edital, o qual indica que as "*Sociedades sujeitas ao regime estabelecido pela Lei Complementar nº 123/2006, optantes pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições Simples Nacional, o Balanço Patrimonial poderá ser substituído pela Declaração de Informações Socioeconômicas e Fiscais – DEFIS.*".

2.3. Como pode ser notado, a insurgência da recorrente se refere a "*ausência de assinaturas do representante legal da empresa e do contador, bem como a falta do Termo de Abertura e do Termo de Encerramento do Livro Diário devidamente registrados na Junta Comercial*", a ausência de envio de "*documentos de identificação com foto dos sócios responsáveis pelas assinaturas das propostas comerciais e declarações*" e que "*a proposta apresentada (...) não foi assinada*".

2.4. Sobre o tema, o Tribunal de Contas da União já possui entendimento consolidado, os quais destacamos alguns, a saber:

> "[Enunciado] A vedação à inclusão de novo documento, prevista no art. 43, § 3º, da Lei 8.666/1993 e no art. 64 da Lei 14.133/2021 (nova Lei de Licitações), **não alcança documento ausente**, comprobatório de condição atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta, **que não foi juntado com os demais comprovantes de habilitação e da proposta, por equívoco ou falha, o qual deverá ser solicitado e avaliado pelo pregoeiro**.
> **Acórdão 1211/2021-TCU-Plenário**
>
> 9.3. dar ciência à [omissis], com fundamento no art. 9º, inciso I, da Resolução TCU 315/2020, sobre as seguintes impropriedades/falhas, identificadas no Pregão Eletrônico 165/2023, para que sejam adotadas medidas internas com vistas à prevenção de outras ocorrências semelhantes: [...] 9.3.3. desclassificação indevida de licitante sob o argumento de que a empresa apresentou proposta de preços com data de validade em desacordo com o edital, sem considerar que a proposta atendia expressamente ao que dispunha o item 8.14 do termo de referência, e que poderia ser corrigida mediante diligência, por se tratar de mero erro formal, contrariando a

> jurisprudência do TCU sobre o tema, a exemplo dos Acórdãos 1.217/2023 e 3.340/2015, ambos do Plenário; 9.3.4. desclassificação indevida de licitante que apresentou proposta de preços ajustada com diferença de quatro centavos em relação ao lance final, em situação que poderia ter sido retificada em sede de diligência, por se tratar de mero erro formal, contrariando a jurisprudência do TCU indicada no subitem anterior, e ainda com solução prevista no item 8.10 do próprio edital;
> **Acórdão 298/2024-TCU-Plenário**

> 9.2. assinar o prazo de 15 (quinze) dias para que a [omissis] adote as providências necessárias ao retorno do Pregão Eletrônico [omissis] à fase de julgamento das propostas, anulando a decisão que inabilitou a empresa [omissis] em razão da não apresentação da declaração prevista no Anexo VII do edital, de forma a permitir a complementação da documentação ausente; [Voto] 8. A jurisprudência deste Tribunal, já há tempos, privilegia o conteúdo em relação ao formalismo extremo, nos procedimentos licitatórios, como bem exemplifica o Acórdão 357/2015-TCU-Plenário (Relator Ministro Bruno Dantas): "Falhas formais, sanáveis durante o processo licitatório, não devem levar à desclassificação da licitante. No curso de procedimentos licitatórios, a Administração Pública deve pautar-se pelo princípio do formalismo moderado, que prescreve a adoção de formas simples e suficientes para propiciar adequado grau de certeza, segurança e respeito aos direitos dos administrados, promovendo, assim, a prevalência do conteúdo sobre o formalismo extremo, respeitadas, ainda, as praxes essenciais à proteção das prerrogativas dos administrados." 9. Pairava, no entanto, dúvida em relação aos documentos que poderiam ser acolhidos na fase de diligências, ante as disposições contidas no art. 43, § 3º, da Lei 8.666/1993, in fine. Essa dúvida foi definitivamente espancada por meio do referido Acórdão 1211/2021-TCU-Plenário, que expressamente consignou: "9.4. deixar assente que, o pregoeiro, durante as fases de julgamento das propostas e/ou habilitação, deve sanear eventuais erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, nos termos dos arts. 8º, inciso XII, alínea 'h; 17, inciso VI; e 47 do Decreto 10.024/2019; sendo que **a vedação à inclusão de novo documento, prevista no art. 43, § 3º, da Lei 8.666/1993 e no art. 64 da Nova Lei de Licitações (Lei 14.133/2021), não alcança documento ausente, comprobatório de condição atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta, que não foi juntado com os demais comprovantes de habilitação e/ou da proposta, por equívoco ou falha, o qual deverá ser solicitado e avaliado pelo pregoeiro**;" (grifo nosso) .
> **Acórdão 2673/2021-TCU-Plenário**

2.5. Como mostrado, vigora na jurisprudência do TCU a regra do formalismo moderado, pois o processo meio (licitação) não pode ser um obstáculo ao objetivo-fim (proposta mais vantajosa).

2.6. No âmbito do egrégio TCE/MG, não é diferente o entendimento sobre o tema:

> DENÚNCIA. MEDIDA CAUTELAR. CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL. PREGÃO ELETRÔNICO. SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE CENTRAIS DE AR, BEBEDOUROS, ESTRUTURAS DE AÇO/MADEIRA E EQUIPAMENTOS. INABILITAÇÃO, DE PLANO, DE LICITANTE QUE OFERTOU A

> PROPOSTA MAIS VANTAJOSA. ARTS. 63, II, E 64 DA LEI N. 14.133/2022. VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DO FORMALISMO MODERADO E DA OBTENÇÃO DA MELHOR PROPOSTA. PLAUSIBILIDADE JURÍDICA. DIFERENÇA SIGNIFICATIVA ENTRE OS VALORES OFERTADOS PELA DENUNCIANTE E AQUELES PROPOSTOS PELA VENCEDORA DO CERTAME. PERIGO NA DEMORA. SUSPENSÃO DOS EFEITOS DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS. DECISÃO MONOCRÁTICA REFERENDADA.
> 1. A teor do inciso II do art. 63 da Lei n. 14.133/2021, a apresentação da documentação de habilitação deve ser imposta tão somente pelo licitante vencedor da licitação, exigível, por consectário, após o julgamento das propostas.
> 2. Incumbe ao órgão promotor da licitação primar pela efetividade da seleção da proposta mais vantajosa, superando-se vício de julgamento sanável, de modo que a ausência de documento que configure mera exigência formal não deve ensejar a desclassificação, de plano, de licitante com a melhor proposta, sob pena de macular o procedimento com formalismo exacerbado.
> [Processo nº 1174233, Denúncia, Relator Cons. Subst. Hamilton Coelh, Deliberado em 25/9/2024, Publicado no DOC de 10/10/2024]
>
> DENÚNCIA. PREFEITURA MUNICIPAL. PREGÃO PRESENCIAL. AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS. ANTECIPAÇÃO DE JULGAMENTO DE ITENS. AQUIESCÊNCIA DOS PARTICIPANTES. PRINCÍPIO DO FORMALISMO MODERADO E DA RAZOABILIDADE. AUSÊNCIA DE PREJUÍZO À COMPETITIVIDADE E À ISONOMIA. IMPROCEDÊNCIA. ARQUIVAMENTO.
> **O princípio do formalismo moderado impõe que a forma dos atos administrativos não prevaleça sobre sua essência, bem como a razoabilidade determina a aplicação de juízo de ponderação razoável na apreciação e realização dos atos administrativos**, de maneira que, tendo os atos submetidos a controle alcançado sua finalidade sem prejuízos aos seus objetivos precípuos, não há que se falar em sua anulação ou em aplicação de sanção aos responsáveis.
> [Processo nº 1127162, Denúncia, Relator Cons. Wanderley Ávila, Deliberado em 20/6/2023, Publicado no DOC em 17/7/2023]

2.7. Desse modo, ainda que presentes a irregularidades indicadas pela recorrente, não seria a hipótese de rejeição da proposta e/ou inabilitação do licitante, mas sim de conversão do julgamento em diligência para oportunizar ao licitante vencedor a prerrogativa de sanar eventuais vícios existentes, tendo em vista o princípio do formalismo moderado e da busca pela proposta mais vantajosa à Administração.

2.8. Registre-se que a conclusão a que se chega no julgamento do presente recurso não decorre da interpretação conferida pelo julgador à legislação vigente, mas sim de aplicação da interpretação conferida pelos Tribunais de Contas à legislação aplicável, ou seja, como as irregularidades apontadas pela recorrente dizem respeito à ausência de assinaturas e de apresentação de documentos preexistentes, a situação apontada amolda-se completamente às decisões proferidas pelos Tribunais de Contas e acima colacionadas.

3. Conclusão

3.1. Ante tudo que foi exposto, ainda que a subscritora do recurso não tenha apresentado o instrumento de procuração mencionado no recurso, em observância aos princípios do formalismo moderado e da ampla defesa, recebo o recurso, eis que próprio e tempestivo. No mérito, os fundamentos nele trazidos não são suficientes para se concluir pela necessidade de rejeição da proposta do licitante melhor classificado e/ou sua inabilitação,

tendo em vista a possibilidade de saneamento dos fatos apontados, conforme entendimentos das Cortes de Contas indicados, pelo que nega-se provimento ao recurso.

Taquaraçu de Minas, 23 de maio de 2025.

Otoniel Lúcio Pinto - Secretário Municipal de Saúde

CONTRATO Nº 40/2025

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 035/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20/2025

CONTRATANTE: Município de Taquaraçu de Minas-MG

CONTRATADA: POSTO LILITO LTDA
CNPJ: 18.764.084.0001-03

.

OBJETO: Registro de Preços para aquisição de combustível para atender a frota Municipal.

ITENS REGISTRADOS:

ITEM	UNID.	QTDE	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	Litro	198.3398,19	Diesel S-10 **(ITEM AMPLA CONCORRÊNCIA)**	VIBRA	R$ 7,28	R$ 1.443.902,02
02	Litro	5.968,03	Etanol	VIBRA	R$ 5,47	R$ 32.645,12
03	Litro	65.042,82	Gasolina Comum **(ITEM AMPLA CONCORRÊNCIA)**	VIBRA	R$ 7,02	R$ 456.600,60
04	Litro	66.112,73	Diesel S-10 **(COTA RESERVADA ITEM 01)**	VIBRA	R$ 7,28	R$ 481.300,67
05	Litro	21.680,94	Gasolina Comum **(COTA RESERVADA ITEM 03)**	VIBRA	R$ 7,02	R$ 152.200,20
VALOR TOTAL DO FORNECEDOR					**R$ 2.566.648,61**	

VIGÊNCIA: 26/05/2025 à 31/12/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE
TAQUARAÇU DE MINAS

Diário Oficial

Jornal Oficial do Município de Taquaraçu de Minas (JOTAM)

Taquaraçu de Minas-MG, 26 de maio – Jornal Oficial Eletrônico– ANO 2025 |Nº LXXIII – Lei Municipal nº 853/2014.

Fellipe Marcílio Bezerra Romanhol
Secretário Municipal de Obras e Assuntos Urbanos

EXTRATO DO CONTRATO Nº 41/2025 RELATIVO AO PROCESSO, Nº 69/2024 - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 15/2024

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TAQUARAÇU DE MINAS/MG

CNPJ: 18.302.315/0001-15

CONTRATADO: ANA LUIZA BRANDAO CANDIOTO LTDA

CNPJ: 52.047.688/0001-69

OBJETO: Credenciamento para credenciamento a contratação de pessoas físicas/jurídicas para oferecer serviços de médico (plantonista) para fins de atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Saúde.

RECURSO ORÇAMENTÁRIO: 02.05.01.10.122.0001.2032.3.3.90.39.00 (Fonte 1.500).

VALOR DO CONTRATO: R$ 1.029.675,12 (um milhão vinte e nove mil seiscentos e setenta e cinco reais e doze centavos)

VIGÊNCIA: 26/05/2025 À 26/05/2026

Ernane Henriques De Souza - Presidente da Comissão

EXTRATO DE CONTRATO Nº 42/2025

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 039/2025
ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 019/2025

CONTRATANTE: Município de Taquaraçu de Minas-MG

CONTRATADO: DISTRIBUIDORA COMPLETA LTDA

CNPJ: 35.825.654/0001-39

OBJETO: Aquisição de mobiliário, utensílios e equipamento diversos.

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS:
02.002.001.04.122.0001.1003 44905200 (FONTE 1500)
02.004.001.12.122.0001.2015 44905200 (FONTE 1500)
02.005.001.10.122.0001.2032 44905200 (FONTE 1500)
02.006.001.04.122.0001.1035 44905200 (FONTE 1500)
02.007.002.08.244.0004.1024 44905200 (FONTE 1500)
02.008.001.20.606.0006.1028 44905200 (FONTE 1500)
02.010.002.13.392.0037.1011 44905200 (FONTE 1500)

PREFEITURA MUNICIPAL DE
TAQUARAÇU DE MINAS

Diário Oficial

Jornal Oficial **do Município de Taquaraçu de Minas (JOTAM)**

Taquaraçu de Minas-MG, 26 de maio – Jornal Oficial Eletrônico– ANO 2025 |Nº LXXIII – Lei Municipal nº 853/2014.

VALOR GLOBAL ESTIMADO: R$ 610.544,00 (seiscentos e dez mil quinhentos e quarenta quatro reais).

VIGÊNCIA: 26/05/2025 à 31/12/2025.

ASSINATURA: 26/05/2025

Ana Paula Silva Braga - Agente de Contratação

MUNICIPIO DE TAQUARACU DE MINAS:18302315000159

Assinado de forma digital por MUNICIPIO DE TAQUARACU DE MINAS:18302315000159
Dados: 2025.05.26 16:44:04 -03'00'